

## Debates literários no jornal *A voz de Moçambique* entre 1961 e 1964: literatura, censura, racismo

Noemi Alfieri \*

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0002-0914-273X>

### RESUMO

O artigo aborda os debates culturais levados a cabo, entre 1961 e 1964, na página literária «Artes e Letras» do jornal periódico *A voz de Moçambique*, com foco nas críticas à censura salazarista, à ideia de literatura moçambicana por contraste à literatura ultramarina e, enfim, ao racismo. Dar-se-á especialmente destaque a duas disputas. A primeira, sucessiva às declarações de Rodrigues Júnior sobre literatura ultramarina, em detrimento da existência de literatura propriamente moçambicana, gerou uma conhecida polémica que viu Rui Knopfli e Eugénio Lisboa contra Alfredo Margarido. A segunda, inicialmente publicada no jornal *A tribuna*, foi entre José Craveirinha e Sacadura Falcão, em que o escritor moçambicano desmontava as teses racistas, defendendo a dignidade cultural do homem negro e das tradições culturais não ocidentais.

### PALAVRAS-CHAVE

*Voz de Moçambique*; Literatura; Craveirinha; Debates; Cultura; Censura

### ABSTRACT

The article dwells on cultural debates that took place, between 1961 and 1964, in the literary page «Artes e Letras» of the newspaper *A voz de Moçambique*, with focus on the critics to salazarist censorship, on the idea of Mozambican literature in opposition to *literatura ultramarina* (“overseas literature”) and on racism. It will especially focus on disputes. The first - originated from Rodrigues Júnior’s declarations on the existence of a *literatura ultramarina*, instead of Mozambican literature - resulted in a well-known polemic that opposed Rui Knopfli and Eugénio Lisboa to Alfredo Margarido. The second, that was initially published in the journal *A tribuna*, was between José Craveirinha and Sacadura Falcão. In that occasion, the mozambican writer dismantled racists thesis, defending cultural dignity of black people, as well as non-western cultural traditions.

### KEYWORDS

*A Voz de Moçambique*; Literature; Craveirinha; Debates; Culture; Censorship.

---

\* É Postdoctoral Fellow do Africa Multiple Cluster for Excellence (U. Bayreuth), onde desenvolve o projeto "Mapping anticolonial networks through literature Transnational connections of African thinkers in the reconfiguration of space and thought (1950s - 70s)", financiado através de fundos da Deutsche Forschungsgemeinschaft (DFG, Agência de Fomento à Pesquisa Alemã) ao abrigo da Germany's Excellence Strategy – EXC 2052/1 – 390713894. Foi Bolseira de Pós-Doutoramento do projeto AFROLAB: A Construção das Literaturas Africanas em Português, financiado pela FCT, que ainda integra como membro. Doutorada em Estudos Portugueses (História e Crítica do Livro e do Texto), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2021). A sua dissertação – (Re-)Building Identity through Conflict: An Approach to Portuguese-Speaking African Literatures (1961-1994) -, recebeu a Menção Honrosa do Prémio Mário Soares-Fundação EDP. É igualmente Colaboradora do Centro de Humanidades (CHAM), da FCSH-NOVA Lisboa e Investigadora Associada de CREPAL (Sorbonne Nouvelle Université) e do Grupo Áfricas (UFRJ-UERJ). É membro da equipa do projeto WomenLit (CHAM, FCSH-UNL). E-mail: n.alfieri@yahoo.it

## **Kufundissana he um tsamba re izwi re Moçambique mumakore ye 1961 ne 1964: Mutauro, kuchoropodza, kurikutondoedza**

Patchiguagua tchigo tchicha unza Machoco ye tsika dzakaphasiswa mumakore ye 1961 ne 1964, zviriphepa ne matauro, kuita, kunyora Ne Masoko yenguwa mu izwi re Moçambique zvirimukati me kuchoropodza, kurikutondoedza vvakavisua ngue Salazarista, Pafungua dzecutondoedza maitire ye adzari ye Moçambique, kurikusiya maitire ye ngua yakapinda, tingati ye racismo. Kurikupa muezanisso ne makuikui Mair, ye kutanga mahonere ya Rodrigues Júnior pamaererano ye maitire yekarekare. Virimukati me ma erenguerue hanyamasi munhika ye Moçambique, zvakabhara botso zvakazobara mukuti Rui Kropfli na Eugénio Lisboa azonde Alfredo Margarido. Ye Tchipire yakabunisua pahmene mu buco remasoco A Tribuna, zvakaizua ndi José Craveirinha na Sacadura Forcão, pangua yekuti munyori we Moçambique waipanguidza mafunguire ye ma racista, kuriku Kutenderana ne Tsika dze maboi ne Tsika dzepasitchigare dzisiripi dze Nhica dze azungu.

### **MAGAMA-HE CHIGUAGUA**

Izwi re Moçambique; Murtauro; Craveirinha; Kufundissana; Tsika, kutondoedza.<sup>1</sup>

#### **1.A Voz de Moçambique: literatura moçambicana em debate**

De cadência quinzenal, o jornal periódico *A Voz de Moçambique - Órgão da Associação dos Naturais de Moçambique*, era composto e impresso na Sociedade Notícias, LDA, estando a redação sediada em uma das artérias principais da cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo): a Avenida 24 de Julho, 118-E. Em 1961, o seu diretor era o engenheiro mecânico Homero da Costa Branco, sendo o preço do número avulso de 2\$50 e o da assinatura anual (24 números) de 60\$00, ou de 72\$00 no caso em que o envio fosse “para a Costa (avião)”.

Como era comum na época, os conteúdos das páginas literárias não se limitavam à simples divulgação de autores e obras sendo, pelo contrário, o palco de reivindicações e debates relativos a temas que agitavam as sociedades coloniais, tal como a censura, o racismo, ou a dependência administrativa, cultural e económica da chamada Metrópole. O jornal deixava bastante claro, neste sentido, qual o posicionamento sobre as políticas do regime salazarista que, na época, já tinha empreendido a guerra em território angolano, na tentativa de travar o avanço dos movimentos de libertação e de manter o seu domínio político – e económico – sobre os territórios em África. Em Setembro de 1961, um artigo

---

<sup>1</sup>O resumo foi traduzido para uma língua moçambicana por Simão João Ganhamo, aluno do Mestrado em PL2 da Universidade de Santiago, Cabo Verde.

de autoria de António Cabral, publicado na primeira página, reivindicava o direito à liberdade de imprensa:

A Censura chegava a “cortar simples transcrições que fazíamos dos jornais de Lourenço Marques e Beira ou mesmo de Lisboa. Não queremos a liberdade de Imprensa para enveredar pelo caminho de ataques pessoais; não queremos a liberdade de Imprensa para atacar a Constituição vigente, que respeitamos. Queremos a liberdade de Imprensa para de cabeça bem erguida criticarmos os actos de Administração que não estejam de acordo com a nossa consciência. Com a nossa crítica sã e aberta e franca não queremos nada destruir; queremos, isso sim, construir um Moçambique nobre e digno das nossas tradições. Queremos debater, sem peias e entraves, os problemas que nos assoberbam trazendo ao conhecimento dos governantes e de governados o que está mal e o que caminha errado. Esta foi a linha de rumo que traçámos no primeiro número deste jornal e dela não nos desviámos nem nos desviaremos.”<sup>2</sup> (CABRAL, 1961).

Poucos meses antes do seu apelo à liberdade de imprensa, o autor refutava, em março, a tese do escritor Rodrigues Júnior quanto à suposta inexistência de uma literatura propriamente moçambicana. Cabral, apesar de admitir a inexistência de romancistas, contistas e novelistas “de carácter moçambicano” assinalava, contudo, a presença em Moçambique de um grupo em crescimento de “poetas autenticamente moçambicanos”.

Invertendo, provocatoriamente, a declaração de Júnior nas conclusões do seu artigo, Cabral afirmava, na conclusão do seu artigo: “Literatura ultramarina, não. Literatura moçambicana, sim”. Sublinhava, ainda, que o escritor não se sentiria nem estaria a ser reconhecido como escritor moçambicano: “O autor do artigo, quer-nos parecer, inclina-se por a literatura ultramarina porque ainda se sente, talvez, arraigadamente metropolitano e claro que ainda ninguém o considera como um escritor genuinamente moçambicano.” (CABRAL, 1961, Março).

Em ensaio publicado no *Diário*, aqui referido pelo autor do artigo, Júnior defendera a ausência de, contrariamente ao que acontecia em Cabo Verde, manifestações literárias que, em Moçambique, denunciasses a exploração levada a cabo pelos coronéis, pelos roceiros e a utilização da força bruta ao serviço da ganância. Cabral defendia que Júnior teria, ainda, optado pela definição de literatura ultramarina por não se sentir, ele próprio,

---

<sup>2</sup> Na mesma página, abordavam-se também a questão da instituição dos Estudos Gerais e as reivindicações que, a este propósito, foram levadas a cabo em Angola e Moçambique, dando especial realce ao papel que a Associação dos Naturais de Moçambique tinha tido. Mais uma vez, temos de reparar no facto de que a contestação de atos administrativos estava entre as principais razões evocadas, no debate público, em favor da liberdade de imprensa e de uma redução da pressão censória.

moçambicano: “O autor do artigo, quer-nos parecer, inclina-se por a literatura ultramarina porque ainda se sente, talvez, arreigadamente metropolitano e claro que ainda ninguém o considera como um escritor genuinamente moçambicano.” (Cabral, 1961).

A obra de Júnior tinha já fora discutida, em Março do mesmo ano, nas páginas do «Artes e Letras» do jornal angolano *ABC, Diário de Angola*, impresso em Luanda. O crítico Mário Fragoso identificara, naquela ocasião, *Calanga* como sendo uma produção que magistralmente representava as dificuldades dos brancos que se integravam na sociedade moçambicana. Opostas eram as ideias do autor do artigo «Um novo livro de Rodrigues Júnior», publicado na edição de *A voz de Moçambique* da segunda quinzena de Abril de 1961 e relativo a *Terra nossa na Costa do Malabar* (Júnior, 1961), fruto de “uma viagem que [o autor, ndr] fez recentemente à Índia portuguesa”:

Rodrigues Júnior não se aventura a desvendar e a interpretar os perigosos alçapões da medrosa problemática ultramarina portuguesa, mormente em Moçambique. Peca geralmente por demasiado optimismo, por um conformismo que de maneira nenhuma poderá corresponder ao estado latente de ebulição que paira sobre todo o continente Africano. Ocultar a transformação inevitável que se está gerando nos povos de raça negra é negar hereticamente o princípio de evolução natural das coisas, é contribuir para uma posição hermenêutica e insustentável, que porventura ponha em grave risco a nossa própria sobrevivência em África. (JUNIOR, 1961, s.p.).

Apesar das opiniões de Fragoso, isto é, certa elite cultural moçambicana não recebia positivamente a obra de Rodrigues. Em Setembro de 1963, Rui Knopfli entrou em rota de colisão tanto com ele como com Alfredo Margarido, manifestando o seu desagrado para com ambos no artigo «Uma nova teoria racista da poesia (poetas em escala júnior)» (1963). Sentindo-se ofendido em várias frentes e, provavelmente, desconsiderado como poeta, tanto pelos intelectuais mais militantes como pelos reacionários, Rui Knopfli acusava Margarido e Júnior de serem ambos racistas. Enquanto as críticas dirigidas a Margarido pareciam ter origem no facto de Knopfli se ter sentido diminuído como artista, as que eram dirigidas a Júnior estavam explicitamente ligadas a um posicionamento ideológico, relativas à abordagem que este último fazia da questão racial:

O pobre Rui de Noronha que eu sempre acreditei poeta português na linha do Nobre e do Antero - opinião que não é original, nem exclusiva e que quando reformulada punha R.J. gesticulaste e fora de si - é agora aproximado - enfim! - dos líricos de timbre europeu, *apesar de mestiço*. Isto é, Rui de Noronha ascende a uma determinada dignidade *apesar do handicap!* Aqueles versos do Craveirinha que começam *ah, mulato, nascer*

*é bom*, e que exprimem pungentemente uma condição e uma situação, foram abusivamente classificados de racistas por quem, da poesia, é incapaz de tirar outras ilações que não sejam de carácter racial.<sup>3</sup>

No Prefácio dos *Poetas de Moçambique*, publicado pela Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa (1963), Alfredo Margarido marcou posição relativamente à obra de Knopfli, afirmando que o facto de este ter nascido em Moçambique não garantia a sua imersão na cultura local. A sua poesia estaria, segundo o crítico português, marcada por um desfasamento entre a imersão num ambiente africano e uma vivência ainda muito ligada ao contexto europeu, com consequências marcadas nos planos linguístico, estilístico e temático. Rui Knopfli publicou, a este propósito, um extenso artigo: «Considerações sobre a crítica dos Poetas de Moçambique», publicado nos números de 15, 22 e 29 de Junho de 1963 (respetivamente páginas 6, 6 e 7, 7). Outros artigos relativos a esta polémica e publicados na página d' *A voz* foram: Rui Knopfli, «Os inquisidores e a minha autocrítica», de 20 de Abril de 1963, página 6; Alfredo Margarido, «Outra vez o poeta Rui Knopfli», de 3 agosto de 1963; Eugénio Lisboa, «A literatura moçambicana à vol d'oiseau», de 10 de Agosto de 1962, páginas 6 e 7(entre outros). A polémica sobre moçambicanidade literária acabou por arrastar-se bem depois da independência, como observado por Michel Laban in «Reflexões sobre a elaboração de um inventário das particularidades do português de Moçambique através da literatura», in *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, nº 3, p. 655-664, 1 dez. 2000: “Para Alexandre Lobato, no princípio dos anos 50, era absurdo falar em literatura moçambicana, pois só havia autores metropolitanos escrevendo "em" Moçambique. Rodrigues Júnior defendeu a tese contrária e redigiu uma longa série de artigos polémicos para sublinhar as múltiplas facetas da criatividade moçambicana, mas no quadro de uma literatura regional portuguesa. Virgílio de Lemos, fundador (em 1952) de *Msafo*, uma «folha de poesia» que infelizmente só teve um número de existência, exprimiu um ponto de vista que recordava o de Alexandre Lobato, pois declarava que não se podia reconhecer «raízes vincadamente moçambicanas» nos poetas que figuravam na revista. No entanto, não excluía a hipótese do surgimento de «uma força resultante do contacto com os elementos nativos que hoje ainda formam uma massa disforme, dependente e incolor.» A polémica desenvolveu-se nos anos 60, com Rui Knopfli e Eugénio Lisboa dum lado, e Alfredo Margarido do outro, e prosseguiu nos anos 80, na "Gazeta de Artes e Letras" da revista *Tempo*, dirigida na altura pelo poeta Luís Carlos Patraquim.”

---

<sup>3</sup>Os itálicos reenviam a citações do artigo de Júnior no *Diário*, enquanto versos citados fazem parte de José Craveirinha (1963), *Velha Cantiga*.

À medida que o debate sobre o que legitimamente poderia ser definido ou não de “literatura moçambicana”, o suplemento publicava poemas de autores moçambicanos, publicitando igualmente a obra de artistas plásticos como Malagatana Valente Ngwenya<sup>4</sup>. A estrutura da sociedade colonial, isto é, fazia com que fosse privilegiado, nas revistas literárias, um debate sobre a moçambicanidade de autores em prevalência brancos e pertencentes ao grupo restrito da elite colonial de ascendência europeia. A vigência da censura e a eclosão da guerra, com a vigilância apertada a escritores, intelectuais e artistas por parte da PIDE (policia política do regime), impossibilitavam, de facto, que o debate fosse levado para outro plano.

Neste sentido, os editores optavam frequentemente pela publicação de autores das novas gerações de moçambicanos ou angolanos cuja obra denotava determinado nível de compromisso com a causa anticolonial demonstrando, contudo, certo receio em redigir críticas ou artigos de opinião sobre o conteúdo das obras e seu significado. Considerações e interpretações da obra eram frequentemente reduzidos ao mínimo, tal como no caso do poema *Quenguelequeze!*, publicado no suplemento em Abril de 1961 e da autoria de Rui de Noronha, falecido em 1943) e definido na nota introdutória como “um belo Poeta africano”. O poema, comentava-se, reproduzia um rito de passagem bá-ronga, a cerimónia iniciática da *yandla*, ritual que cobre a altura entre a nascença e a queda do cordão umbilical (Margarido, 2013):

Depois bebera a água quente e suja  
Onde o mulói pousou o seu cachimbo outrora,  
Ouvira, caminhando, o canto da coruja  
E quase ao pé do mar lhe surpreendera a aurora.

Quenguelequêze!... Quenguelequêze!...  
Quenguelequêêêzeeee

Pisara muito tempo uma vermelha areia,  
E àquela dura hora à qual o sol apruma  
Uma mulher lhe deu numa pequena aldeia  
Um pouco de água e “fuma”.

guelequêêêzeeee!...(Noronha, 1961)

---

<sup>4</sup> Afirmava-se sobre a sua exposição de cinquenta e sete pinturas da sua autoria nos Organismos de Coordenação Económica de Abril de 1961: “Com esta sua exposição, este pintor indígena é uma revelação surpreendente no campo das artes plásticas de Moçambique, no presente ano. Entre os jovens pintores moçambicanos, a sua vocação só pode encontrar paralelo na de um Sérgio Guerra, que se tem afirmado outro artista de raras possibilidades. («Artes e Letras» de *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, p. 6).

Neste poema, Rui de Noronha mostrara, para o autor anónimo das linhas de apresentação, “verdadeiramente a sua alma africana, pletórica de recordações ancestrais que corriam no seu próprio sangue.” Poemas de José Craveirinha estão igualmente presentes no suplemento, alguns dos quais inéditos, tal como «Frustração», publicado em 8 de Dezembro de 1963. Pelo que respeita os debates, destaca-se a polémica levantada a partir das declarações do militar e geneticista Sacadura Falcão. O autor inseriu-se, a este propósito, num debate que – não tendo objectivos puramente literários – abordava questões culturais e sua intersecção com a política racista do regime português no campo da propaganda e das próprias políticas culturais.

## **2. Falcão e Craveirinha: polémica sobre racismo científico e as suas derivações em âmbito cultural**

No artigo republicado a partir de *A Tribuna*, de 6 de Maio de 1963, sob o título «Sacadura Falcão e as teorias de Darwin e Ellender», Craveirinha denunciava as posições racistas de Falcão após este último ter recorrido às teorias de Darwin e Ellender para argumentar uma suposta inferioridade racial dos negros. Frisando a relevância da questão racial para a atualidade moçambicana, o poeta moçambicano sublinhava igualmente a urgência de um conhecimento real de valores humanos, marcado pela consciência de que “será sempre mágoa e dolorosa certeza verificar quanto esse conhecimento se faz imperioso, urgentíssimo e importantíssimo para todos”. Como aprendemos pela mão de Craveirinha, Sacadura Falcão apoiara, nos seus textos, a classificação dos indivíduos na base da sua cor: “No que respeita à classificação que o sr. Falcão atribui a um indivíduo de progenitores etnicamente distintos (branco e negro) a ignorância seria ridiculamente constrangedora não fosse a gravidade da pública afirmação científica. O sr. Falcão divide o homem em duas metades: uma superior (pai branco) e outra inferior (mãe negra ou não branca).”

Acusado de estar a se “fazer de negro”, o poeta moçambicano apelava aos valores da solidariedade racial e entre classes, condenando veementemente as derivas racistas do discurso de Falcão e estabelecendo um elo direto entre a elaboração poética e as visões do autor sobre o mundo. Afirmava, portanto, Craveirinha:

Sr. Sacadura:

Na minha poesia não me «faço» de negro. Sinto-me. Como também posso «sentir-me» judeu, alentejano e mendigo, no mesmo fenómeno que leva o sr S.F. a sentir-se nazi, Gestapo, Bobinaeau, Goebeles. Talvez isto responda à acusação do sr. S.F. de me «fazer» negro quando sou, segundo aquele senhor, duas metades (oh, genética! oh, lei de Mendel! oh, fenómeno ovular) uma superior (de branco) outra inferior (de negro). (Craveirinha, 1963).

A passagem de Craveirinha interessa-nos, aqui, na medida em que nela estão manifestas tanto a fraqueza e ambivalência intrínseca da propaganda luso-tropicalista (pela qual a convivência racial assentava em um desequilíbrio constitutivo), como a perversão conceptual pela qual os debates sobre literatura moçambicana rodavam quase exclusivamente à volta do tema racial, no caso em que os escritores em causa fossem negros ou “mestiços”. Este caso reenvia-nos, de alguma forma, nas já mencionadas afirmações de Rodrigues Júnior sobre Rui de Noronha. Enquanto autores brancos, membros das elites que produziam literatura influenciada pelo ambiente moçambicano, eram acusados de exotismo colonial ou de falta de contacto com o povo moçambicano e a sua real vivência - como no caso da polémica entre Margarido e Knopfli -, os autores negros acabavam por serem deslegitimados enquanto produtores de uma cultura alheia, outra, considerada inferior à hegemónica ou até, como neste caso, explicitamente em virtude da sua origem étnica. Tal disparidade racial, assim como as perversões do pensamento oficial, foi veementemente denunciada no artigo que Craveirinha escreveu em resposta a Falcão, em que este último chegou a ser explicita e convictamente acusado de nazismo.

Mais ainda, Craveirinha acusava Falcão de, “na sua daltónica e esbírrica interpretação de civilização”, não atender à questão cultural. Citando Ruth Benedict e os seus *Patterns of Culture* (1934), Craveirinha criticava ainda a afirmação, em determinados ambientes, do *darwinismo* social e a difusão de teorias que fomentavam o ódio ao estrangeiro ou não contemplavam os contextos de mistura racial.

### 3. Outros debates: poesia e imprensa

Orlando Mendes, poeta e colaborador de *A Tribuna*, também optou por não entrar em categorizações aquando dos questionamentos, em entrevista, por Eugénio Lisboa (ele próprio, lembremos, envolvido na polémica contra Margarido, ao lado de Knopfli). Depois

de Lisboa perguntar se Mendes achava que existia “algo” que merecesse “o nome de Literatura Moçambicana” ou se, pelo contrário, só existissem “livros publicados em Moçambique”, o autor afirmava compreender que a questão poderia interessar a crítica e quem, “sendo escritor, aprecie ver-se classificado e cronologicamente situado”, mas que pessoalmente atribuía à questão “importância terciária”, realçava, encerrando o assunto: “Ponderando, porém, vários factores que condicionem a existência de uma literatura moçambicana embrionária, dir-lhe-ei simplesmente que me parece que o processo segue um desenvolvimento normal”. (*A voz de Moçambique*, 1963)

Por outro lado, e considerando que o entrevistador apresentara Mendes, como “não desconhecido nas letras moçambicanas”, era óbvia a tentativa do crítico de forçar um posicionamento do poeta no debate. Tal acontecia, ainda, na altura em que *A voz* de 28 de Setembro de 1962 noticiava a publicação pelas Publicações Tribunas, do livro de Orlando Mendes *Depois do Sétimo dia*, segundo volume da coleção Cancioneiro de Moçambique. Entre os poetas cuja obra foi publicada no suplemento para além de Craveirinha, Mendes, Knopfli e Rui de Noronha, contamos ainda com a publicação de obras da autoria de Manuel da Fonseca, Maria Rosa Colaço, Mário Dionísio, João de Fonseca Amaral, Rui Cartaxana. O número de 30 de Março de 1962 foi, ainda, dedicado a Aquilino Ribeiro. Foram frequentes, para além disso, traduções de textos estrangeiros como os de Máximo Gorki, ou as menções à teoria literária gramsciana ou lukácsiana: a influência da cultura, da crítica e da teoria literária de cariz ocidental no jornal marcava consideravelmente- apesar de debates sobre o que se poderia considerar de “literatura africana”, “literatura ultramarina” ou “literatura moçambicana” – a política editorial do suplemento.

A questão da imprensa foi explicitamente tratada em um artigo anónimo de 28 de Fevereiro de 1963, com o título «Imprensa Africana», seguido por uma entrevista «Entrevista com João Ayres», à volta do mais genérico tema da arte moçambicana inserida no contexto africano.

Debruçando-se sobre o contexto da imprensa da África subsaariana, o autor do artigo observava quão poucos fossem os jornais que ainda estavam nas mãos de particulares, insistindo na necessidade do treino de jornalistas como chave para “uma Imprensa africana livre e consciente”. Observavam-se, ainda, os contrastes existentes na “Imprensa Africana”, pois na “África ex-francesa” não havia “jornais nas línguas nativas, nem deverá haver algum num futuro próximo”. Depois de observar que em Lagos a

imprensa comercial era forte e competitiva, mas que o mesmo não acontecia no Gana, onde o estado tinha acabado com os jornais independentes, realçava-se:

Na África do Sul e na Federação não há jornais pertencentes a africanos e na África Oriental a maior parte são de colonos ou de estrangeiros. Em toda a África ocidental não há praticamente jornais independentes publicados em nenhuma das línguas locais, mas na costa oriental alguns dos de maior circulação são em Swahili que é praticamente a língua franca nesta área. Há também jornais em Luganda, no Uganda, e em Guzerati, para os indianos. Qual é então a posição dos jornalistas africanos e quais as possibilidades para um desenvolvimento de um jornalismo especificamente africano? (*A voz de Moçambique*, 1963).

Entre os outros problemas enfrentados pela imprensa, no seu desenvolvimento no continente eram evidentes, na opinião do autor, os da censura, da imposição do pensamento único e da dependência (sobretudo pelo que respeitava os países da chamada África francesa) da hegemonia cultural das produções jornalísticas vindas da metrópole, como *Le Monde*, ou da tendência que os intelectuais locais tinham em escrever para jornais europeus em detrimento dos locais. O trabalho do grupo Aga Khan – East African Newspapers, ativo desde 1960, era ainda citado como exemplo de relevo pelo emprego da população nativa e a utilização da “mais moderna maquinaria”, não sendo estas medidas suficientes, contudo, para ultrapassar a questão das línguas e da instrução, numa conclusão que realçava aquela que o autor interpretava como falta de “instrução e cultura” dos jornalistas africanos: “Poucos jornalistas africanos têm suficiente instrução e cultura para se equiparem para exercer a profissão como seria de desejar e em jornais ingleses ou franceses ou portugueses eles estão a trabalhar no que lhes é praticamente uma língua estrangeira”.

A entrevista a João Ayres também parecia ir no sentido de sondar as concepções de África, tendo sempre como ponto de partida, porém, a ideia de certo “mundo português”. Questionado pelo entrevistador sobre a possibilidade de a cidade de Lourenço Marques poder, no futuro, “marcar posição positiva na cultura luso-brasileira”, o artista respondia que a cidade enfrentava demasiados problemas económicos e sociais para que se pudesse dar “a atenção devida aos problemas culturais”. Acrescentava que, quanto a uma cultura africana de feição luso-brasileira, não conseguia ver a sua realização no futuro: “Deveria ter sido pensada, sistematizada e fomentada, para e com sorte, ser tornada realidade”. Afirmava, ainda, esperar ver o surgimento, em Moçambique, um movimento artístico “sem distinções de raças, mas caracterizadamente africano”. Tentando explicar quais as ligações e as influências das produções artísticas do Senegal,

da Nigéria ou do Congo, realçava: “Creio que o artista em Moçambique só pode ser influenciado pela herança artística Africana, quando ela lhe corre no sangue: o resto é curiosidade de investigador, snobeira racista, encontro intencional a servir intenções políticas e sociais ou ainda mistificação deliberada. Para o europeu aqui radicado a influência artística africana pode ser da mesma ordem, da que deu origem ao chamado «Período negro» de Picasso.” (*A voz de Moçambique*, 1963)

Na página número 9, dupla desta entrevista, publicava-se o poema «América» de Manuel dos Santos Lima, incluído em *Kissange*, editado na *Colecção de Autores Ultramarinos* da C.E.I. (1961) e que dialogava com a entrevista e o ensaio publicados na página anterior. Ao afirmar que “Que alta é a «Liberdade» dos brancos, / que espessas cadeias me põem no Sul!”, Lima lembrava o veneno do racismo do Klu Klux Klan, mas também Louis Armstrong, o blues e o jazz de New Orleans. A vivência e a experiência negra dialogam com o Sul, mas também com o elemento diaspórico e com a resistência ao regime. Santos Lima, que em 1961 desertara do Exército português em Damasco a caminho de Goa, encontrava-se na altura em Léopoldeville, no Congo-Kinshasa, a exercer funções como comandante-chefe do Exército Popular de Angola (MPLA) (Topa & Vishan, 2016).

Mais ainda, dos Santos Lima e Picasso – este último mencionado por Ayres - tinham um importante antecedente em comum: a participação no *Premier Congrès des écrivains et artistes noirs* que teve lugar na Sorbonne entre 19 e 22 de Setembro de 1956, com organização de Alioune Diop e da *Présence Africaine*. Enquanto Picasso foi autor do cartaz, Dos Santos Lima integrou a representação angolana, juntamente com Mário e Joaquim Pinto de Andrade. Marcelino dos Santos esteve presente em representação de Moçambique. Para além de ter representado um marco imprescindível na cultura da época, também no âmbito da fortificação das redes entre as elites intelectuais africanas, o Congresso é, no nosso caso, um importante ponto de partida para ulteriores considerações.

Ele permite, de facto, traçar alguns rasgos comuns nas lutas culturais dos países africanos da época, mas também confirmar a facciosidade da tese colonial segundo a qual a permanência de iniquidades raciais, estruturais na organização das sociedades coloniais, tinham a sua motivação na falta de preparação por parte de negros africanos. Não entendo, com isto, negar as profundas disparidades, a nível de educação formal, literacia e acesso à cultura impressa, mas realçar, pelo contrário, que a perpetuação

destas iniquidades fazia parte da própria lógica colonial portuguesa. Os debates que tiveram lugar no *Premier Congrès*, as ligações dos nacionalistas com Paris e as redes internacionais que se criaram tanto entre os nacionalistas africanos na diáspora, como entre os vários países africanos e no exílio são de teor decididamente diferente em relação aos que se realizavam na imprensa periódica angolana e moçambicana.

As razões desta dissonância eram as mais variadas. Uma delas está relacionada, na minha opinião, com a discrepância intrínseca entre a atividade de crítico e a de escritor. A posição social dos críticos previa, naquela altura, que eles gozassem de estatuto social, tivessem a devida instrução e estivessem bem inseridos no aparelho colonial ou administrativo. Muitos daqueles com que nos deparamos eram, conseqüentemente, homens brancos de meia idade. A sua ligação com a Metrópole era ainda consistente, pois Portugal, nomeadamente o circuito intelectual e cultural lisboeta, acabava por ser instância legitimadora de cultura e, conseqüentemente, da autoridade do próprio crítico. É fora do círculo da crítica, entre os produtores das obras (poetas, escritores, artistas plásticos e, por vezes, jornalistas) e não entre os críticos ou editores, que encontramos, com mais frequência, escritores ou autores socialmente reconhecidos como sendo negros ou “mestiços”. A propaganda luso-tropicalista contribuía, como já amplamente demonstrado, para a perpetuação de privilégios e para a ideia de uma inferioridade africana.

Estes fatores, que interagiam com os diretamente ligados às características da máquina censória e com as diferenças entre a maneira como ela atuava sobre a imprensa periódica e não periódica, fizeram com que os intelectuais cuja vivência estava mais fortemente ligada ao ambiente da militância anticolonial ou às ideias negritudinistas fizessem parte desta segunda categoria.

Neste contexto, insere-se, por exemplo, a produção literária da Casa dos Estudantes do Império, que nos reenvia para a quarta razão desta distribuição ímpar (após as diferenças de estatuto entre críticos e escritores, os efeitos da propaganda luso-tropicalista e o funcionamento da censura) na base da profunda discrepância entre os discursos produzidos na imprensa periódica e na não periódica entre 1961 e 1974, pelo que respeita às ex-colónias portuguesas em África.

As publicações da Casa inserem-se, na sua larga maioria, no contexto de uma tradição militante, caracterizada por dinâmicas próprias com respeito à cultura hegemónica e à cultura de oposição “clássica” ao regime. Frequentemente marcados por

experiências não só de perseguição política, mas também de encarceramento, clandestinidade e exílio, é entre os autores que compõem a *Colecção de Autores Ultramarinos* que encontramos, na sua maioria, militantes dos movimentos de libertação. A circulação internacional dos autores corresponde, assim, à circulação internacional das suas obras, as redes políticas contribuem para a formação de redes intelectuais e vice-versa.

O último aspeto é também interessante na sua complexidade, porque à medida que as obras literárias se difundiam cresciam também, no contexto da luta armada e no seio de alguns movimentos como o MPLA, correntes anti-intelectuais que, na opinião de Mabeko-Tali (2018), foram a inevitável consequência de tensões diretamente derivadas das disparidades coloniais. Eles reproduziam, por outro lado, preocupações políticas e éticas legítimas em vista de uma independência do país baseada em princípios de ordem comunista, assim como um receio generalizado relativo à perpetuação de práticas coloniais nos territórios posteriormente ao domínio colonial.

## Referências

- ANÔNIMO (1961). Um novo livro de Rodrigues Júnior. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, segunda quinzena de Abril de 1961, p. 7.
- ANÔNIMO (1963). Conversa com Orlando Mendes. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, p. 6.
- ANÔNIMO (1963). Entrevista com João Aires. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 28 de Fevereiro de 1963, p.8.
- ANÔNIMO (1963). Imprensa Africana. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, Fevereiro de 1963, p. 8.
- BENEDICT, Ruth. (1934). *Patterns of Culture*. Houghton Mifflin Company. Boston.
- CABRAL, António. (1961). Literatura ultramarina, literatura moçambicana. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, Setembro de 1961.
- CABRAL, António. (1961). O problema da censura. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, Setembro de 1961.
- CRAVEIRINHA, José. (1963). Sacadura Falcão e as teorias de Darwin e Ellender. *A Tribuna*, Lourenço Marques. 6 de Maio de 1963.
- CRAVEIRINHA, José. (1963). Velha Cantiga. *Poetas de Moçambique*. CEI, Lisboa, p. 210.

DE NORONHA, Rui. (1961). Quenguelequeze!. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, Abril de 1961.

DOS SANTOS LIMA, Manuel (1961). *Kissange*, Coleção de Autores Ultramarinos.C.E.I., Lisboa, p. 9.

KNOPFLI, Rui. (1963). Considerações sobre a crítica dos Poetas de Moçambique. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 15, 22 e 29 de Junho de 1963 (págs 6, 6 e 7, 7)

KNOPFLI, Rui. (1963). Os inquisidores e a minha autocrítica. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 20 de Abril de 1963, p. 6.

KNOPFLI, Rui. (1963). Uma nova teoria racista da poesia (poetas em escala júnior). *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, Setembro de 1963.

LABAN, Michel. (2000). Reflexões sobre a elaboração de um inventário das particularidades do português de Moçambique através da literatura. *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*. Vol.3, nº 1, p.655-664. Disponível <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/307>.

LISBOA, Eugénio. (1962). A literatura moçambicana à vol d'oiseau. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 10 de Agosto de 1962, págs. 6- 7.

MABEKO-TALI, Jean Michel. (2018). *Guerrilhas e lutas sociais. A história do MPLA perante si próprio (1960-77)*. Mercado das Letras, Lisboa.

MARGARIDO, Alfredo. (1963). Outra vez o poeta Rui Knopfli. *A voz de Moçambique*, Lourenço Marques, 3 agosto de 1963.

MARGARIDO, Alfredo (2013). Littérature et nationalité. *Politique Africaine. Mozambique: guerre et nationalisme* (29).Disponível em : <https://polaf.hypotheses.org/4728>. Acesso em: 20 jun.2023.

Rodrigues Júnior (1961). *Terra nossa na Costa do Malabar*. Lourenço Marques, África editora.

TOPA, Franciso; VISHAN, Irena. (Eds.). (2016). *Manuel dos Santos Lima, escritor angolano tricontinental*. Porto, Afrontamento.

Recebido em: 01/05/2023

Aceito em: 17/06/2023

**Para citar este texto (ABNT):** ALFIERI, Noemi. Debates literários no jornal *A voz de Moçambique* entre 1961 e 1964: literatura, censura, racismo. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº2, p. 34-48, jul./dez. 2023.

**Para citar este texto (APA):** Alfieri, Noemi. (jul./dez.2023). Debates literários no jornal *A voz de Moçambique* entre 1961 e 1964: literatura, censura, racismo. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (2): 34-48.



Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njinggaesape>